

PRORROGACÃO

Marchezan e Célio Borja prometem renunciar se os mandatos forem prorrogados.

Nelson Marchezan, presidente da Câmara e candidato a candidato à sucessão gaúcha pelo PDS, já tomou sua decisão: se a tese da prorrogação dos mandatos parlamentares se concretizar, ele renunciará imediatamente. Mas ontem, em Porto Alegre, ele disse estar certo de que a medida não vai prosperar, garantindo que as eleições de novembro vão-se realizar mesmo.

Outro que fez a mesma promessa de renúncia foi o deputado Célio Borja, do PDS fluminense. E, depois de criticar o que chamou de "imoralidade", ele declarou ontem que considera a medida "uma estupidez", justificando: "Na hora em que os mandatos fossem prorrogados, o que iria acontecer é que o Congresso perderia sua representatividade; deixaria de ser o órgão de representação nacional e passaria a ser um órgão fantasma que o presidente da República, as Forças Armadas ou até a Guarda Civil poderiam fechar com a maior tranquilidade".

Mesmo diante de tantas condenações à iniciativa, os dois grandes defensores da idéia de prorrogação prosseguem à cata de assinaturas de parlamentares para apresentar a emenda ao Congresso em março. Por isso, o deputado Marcelo Cerqueira (PMDB-RJ) decidiu cobrar ontem do presidente Figueiredo uma declaração formal de não apoio à tese prorrogacionista do vice-líder do PDS na Câmara, Jorge Arbage, e do maluista Bezerra de Mello. E Cerqueira alertou: "Cobro essa posição sob pena de, com seu silêncio, animar essas propostas indignas".

O vice-líder governista, deputado Joacil Pereira, da Paraíba, não gostou da cobrança de Cerqueira, respondendo que "certos elementos radicais da oposição querem atribuir inspiração governamental às iniciativas individuais de dois deputados, dando à prorrogação de mandatos". O aparente de Pereira foi apoiado por outro vice-líder governista, deputado Claudino Salles que, depois de dizer que as eleições são "irreversíveis", aconselhou os oposicionistas a se preocuparem mais com outros aspectos ligados às eleições, "como o seu custo, por exemplo".

"Cinismo"

As críticas às oposições se sucederam ontem, em Brasília. O deputado Alcides Franciscato, do PDS paulista, denunciou que os partidos oposicionistas estão agindo "cinicamente" nesse episódio da prorrogação: "De um lado, eles atacam a iniciativa com contundência; mas, de outro, torcem e gestionam mesmo para que ela seja aprovada".

Com trânsito livre a qualquer hora, no Palácio do Planalto, Franciscato usou dessa autoridade para repelir categoricamente as insinuações eventuais de certos setores da oposição de que o governo estaria estimulando a prorrogação dos mandatos, para garantir o Colégio Eleitoral que escolherá o próximo presidente. "O que se disse nesse sentido não tem a menor procedência", garantiu, observando que há alguns dias o presidente Figueiredo disse a ele que é contra a idéia, "para afirmar depois que o assunto era da alçada do Congresso".

O quadro geral entre oposicionistas e situacionistas, é de absoluta desaprovação à emenda de prorrogação e de certeza da realização das eleições de novembro. No entanto, o biônico do Rio Grande do Norte, Dinarte Mariz, que esteve ontem com o presidente Figueiredo, confessou-se pessimista à saída do encontro, levantando muitas dúvidas: "O futuro das instituições políticas do País me preocupa. Sou um dos senadores mais velhos da República, e nunca assisti a uma baderne tão grande no Legislativo, porque as oposições não auxiliam o PDS em transformar o País na democracia que o presidente deseja". Mais tarde, quando um dos jornalistas pediu a ele que fizesse uma previsão das eleições de 15 de novembro, o biônico ironizou: "Não sei a que 15 de novembro você se refere".

Internado na Santa Casa de Assis (SP), o deputado federal Rui Silva, do PDS, que teve uma crise renal aguda, também lamentou ontem que não poderia acreditar na concretização das eleições. "Acho que minha posição vem juntar-se à grande maioria dos eleitores que têm acompanhado a atual política do governo federal." Silva foi ainda mais claro ao falar de prorrogação dos mandatos: "Acho que o governo, que detém o processo nas mãos, sabe que, se fizer as eleições, perderá o poder. Agora, eu não sei se a abertura existe de fato. Se houver abertura, haverá eleições amplas, mesmo com o governo correndo o risco de ser marginalizado pelo seu próprio processo de recondução do País ao regime democrático".